

INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: ESTADO, POLÍTICA SOCIAL, POLÍTICA EDUCACIONAL

Flavia Melville Paiva

RESUMO

Propõe-se neste artigo uma análise do papel do Estado na internacionalização da pós-graduação brasileira, com dados do “Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020” (PNPG 2011-2020). Inicialmente discute-se como o Estado surgiu em resposta às diferenças inconciliáveis das classes sociais; como trabalha para manter os interesses do capital; como as relações com a política pública de corte social, a política educacional como uma política social e a internacionalização da educação brasileira ocorrem para colocar nosso país em posição de evidência mundial, incentivando a produção de conhecimento compartilhado. A internacionalização da educação aqui apontada é relacionada à pós-graduação brasileira em sua estratégia de desenvolvimento da inserção da produção nacional no mercado internacional, dados apontados no PNPG, contextualizado no atual momento de crise da ordem capitalista.

Palavras-chave: Estado, Internacionalização, Pós-graduação. □

1 INTRODUÇÃO

A busca pela internacionalização da educação superior brasileira nunca foi tão incentivada, principalmente após a criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CSF) que tem a meta de oferecer, no período de dezembro de 2011 até 2015, 64.000 bolsas para graduação sanduiche, 4.500 bolsas para doutorado pleno, 15.000 para doutorado sanduiche, 6.440 para pós-doutorado, 7.060 para o “Desenvolvimento tecnológico e inovação no exterior”, inclusive 2.000 bolsas para atração de jovens talentos para o Brasil e 2000 para pesquisadores visitantes especial no Brasil. Vale lembrar que o CSF surgiu da parceria do governo federal via Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), inicialmente delineado para convênio Brasil – Estados Unidos, agora trabalhando com diversas outras parcerias como Canadá, França, Reino Unido, Coréia, Japão, entre outros. (BRASIL, 2011).

O documento base é o que estipula para a pós-graduação, um plano de trabalho, denominado “Plano Nacional de Pós-Graduação – 2011-2020” (PNPG 2011-2020) (BRASIL, 2010) que, comparado aos planos anteriores, dedica um capítulo especial à internacionalização da pós-graduação, apresentando dados de como o Brasil vem se comportando frente a este fenômeno, nas últimas décadas, justificando como o país está traçando metas arrojadas para alcançar o objetivo de internacionalização da pesquisa brasileira.

Ambos demonstram que o processo de internacionalização da educação superior tem exigido uma reestruturação do Estado e conscientização das instituições de ensino superior da necessidade ou não de entrar neste processo, buscando financiamento externo ou interno, estabelecimento de políticas públicas coerentes que possibilitem à Educação atender demandas da sociedade especialmente para o desenvolvimento tecnológico e mobilidade de pessoal qualificado no atual contexto de economia cada vez mais globalizada mas que tem levado países periféricos a posições nada globalizadas, mas reféns de países desenvolvidos tecnologicamente.

Sob esta perspectiva, percebemos a necessidade de estudo sobre qual o papel do Estado e estratégias de desenvolvimento internacionalizado da Educação, neste momento de crise da ordem capitalista, para analisarmos como tem sido propostas as políticas educacionais brasileiras, se sob o interesse de buscar desenvolvimento e união globalizadas ou de manter a valorização por conhecimento atualizado em outra nações, mas sem oferecer ao profissional que retorna de sua mobilidade condições de continuar desenvolvendo tecnologia de ponta no Brasil.

Com o objetivo de entendermos melhor este cenário, analisaremos as relações entre Estado e Política Social, Educação e Internacionalização, e assim realizaremos uma leitura do PNPG 2011-2020, especialmente o capítulo 11 do volume 1, que trata de apresentar como o Brasil tem trabalhado frente à internacionalização da pesquisa via inserção da produção científica em veículos de publicação tecnológico-científica internacionais.

2 ESTADO, POLÍTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO: RELACIONAMENTOS

2.1 Estado e a Política Social: o nascimento e possibilidade de morte do Estado

Apesar de percebermos que o fenômeno internacionalização do ensino e da pesquisa brasileiras ter iniciado nos anos 1970, conforme verificamos em dados apontados pelos órgãos de fomento Capes (agência do MEC) e CNPq (agência do MCTI), tomaremos

como ponto de partida para este estudo os anos 1990, quando a educação passou a ser controlada pelo sistema internacional de comércio, tendo por exemplo, políticas apresentadas pela Organização Mundial do Comércio.

Neste período, vários países passaram por reestruturações para adequação ao fenômeno da globalização. O Brasil integrou este grupo, tendo como produtos, a implementação, em 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007) e em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras (BRASIL, 2011).

Percebendo então que a existência do Estado está ligada à reprodução econômica do sistema do capital (ANDRADE, 2012, p.26), precisamos estudar como o Estado surgiu e com qual razão, para melhor situarmos os objetivos das políticas públicas implantadas.

Conforme Lenin (1977) o Estado surgiu com as diferentes classes sociais, sendo “o produto e a manifestação do fato de as contradições das classes serem inconciliáveis” (LENIN, 1977, p. 9). Este antagonismo em uma sociedade que prima pela dominação de uma classe sobre outra, em regime de trabalho constituído sob a existência de dominantes e dominados, o Estado visa a continuidade desta diferenciação, e é então um “órgão de dominação de classe; um órgão cujo princípio fundamental é a opressão de uma classe por outra; um órgão cuja função se manifesta concretamente como a “ordem” que legaliza e garante tal opressão etc.” (ANDRADE, 2012, p. 13).

E assim o Estado assume suas funções, basicamente de regulador e opressor, frente às mudanças necessárias do capital para sua manutenção enquanto sistema “dinâmico totalizador de extração do trabalho excedente” que o levou à “perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”, conforme analisado por Andrade (Ibid., p., 20 a 23) de que sob o entendimento do conjunto do sistema, “nem o capitalista nem o trabalhador enquanto indivíduos particulares podem exercer ações “controladoras totalizantes” sobre o sistema do capital, pelo contrário, tem de se submeter aos imperativos objetivos de reprodução desse sistema”.

E quanto à possível morte do Estado, Lenin (1977, p. 108) afirma que “O Estado extingue-se, visto que já não há capitalistas, já não há classes e, por conseguinte, já não há uma classe a ser dominada”. E que, enquanto vivo, o Estado moderno continua a proteger o “direito burguês”, e conforme Andrade (2012, p. 22 e 23) o Estado segue protegendo o sistema capitalista, ao promovendo as necessidades como “educação, saúde, habitação, serviços de seguridade social e manutenção da chamada infraestrutura” e satisfazendo os

“apetites em sua maioria artificiais”, como a manutenção da máquina burocrática e também do complexo militar industrial.

Assim, consideramos a Educação como política social, salientando que políticas educacionais também tem como objetivo não minimizar, mas mediar o conflito de classes e regulação social, oferecendo a escola ideal para que cada classe social se mantenha em seu espaço específico de dominação enquanto dominante ou dominado.

2.2 Política educacional como política social

Contextualizando esta pesquisa no Estado capitalista contemporâneo, encontramos a necessidade de estudar o papel da política educacional, entendendo-a, conforme já mencionado, como parte da política social. Neves (1994, p. 16), enfatizou que a educação é parte da política social, e portanto, atende especificamente às necessidades de “valorização do capital”.

Ou seja, historicamente, enquanto Estado capitalista, o capital percebeu a necessidade de oferecer formação técnica que viabilizasse a introdução de novas tecnologias e a racionalização da produção, dois dos inúmeros pontos necessários para manter a indústria em crescimento. Começa então o interesse educacional do Estado pelo sistema educacional como facilitador destas necessidades.

Tal interesse ficou regulado em 1988, no Brasil, pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) que ampliou o conceito de Educação básica, passando a ser percebida como um processo que se inicia na Educação infantil, passa pelo Ensino fundamental e chega ao Ensino Médio. Tendo a Lei de Diretrizes e bases da Educação, (BRASIL, 1996) como outro exemplo de política educacional formalizada pelo documento que traçava pontos rígidos para gerenciar a educação em todo o território brasileiro.

A reestruturação do Estado brasileiro, implementada no período que estudamos (após 1990) com o chamado estado neoliberal, vem desobrigando do Estado a ação direta sobre a educação em esfera federal, passando a ser responsabilidade estadual e municipal. No Ensino Superior, percebemos o aumento da oferta de cursos particulares, o sucateamento do ensino público superior.

Em 2007, o REUNI apresenta várias possibilidades de reestruturação da universidade, com melhores condições para “a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p.10)

2.3 A Internacionalização

2.3.1 Termos relacionados

Antes de iniciarmos a análise do fenômeno da internacionalização da educação superior brasileira, especialmente do PNPG 2011-2020, precisamos conceituar alguns termos envolvidos no estudo da internacionalização, a fim de deixarmos claro qual o sentido de internacionalização da pós-graduação que é apresentada no PNPG 2011-2020.

Knight (2005, p. 19 a 22) apresenta os termos para estudo: *educação transnacional*, *educação sem fronteiras*, *educação deslocalizada* (tradução livre de *enseigment délocalisé*) e *educação transfronteiriça*, que considera serem importantes para estudo uma vez que suas descrições se referem à ideia de fronteiras e se afastam da ideia inicial de comparação, interculturalidade ou multiculturalidade.

De acordo com Knight, a UNESCO e o Conselho Europeu cunharam o termo *educação transnacional* para “qualquer tipo de programa de estudos universitários, ou de ciclos de estudos ou serviços de ensino em que os alunos estão localizados em um país diferente daquele em que a instituição que conferirá o diploma final” (UNESCO / Conselho da Europa, 2001, tradução livre).

Quanto a *educação sem fronteiras*, temos o termo sendo definido, segundo Knight, por um relatório australiano de Cunningham et all. (2000, apud Knight, 2005, p. 20), e posteriormente por um estudo promovido pela Comissão de Reitores do Reino Unido para uma educação que vise apagar as fronteiras geográficas, culturais ou disciplinares entre os países. Já para educação *transfronteiriça*, é a educação que reconhece as fronteiras como existentes mas pelas quais a educação perpassa, sendo possível exercer seus trabalhos indiferentemente de cultura local ou divisão geográfica. Conforme Knight, a diferença maior entre estes dois últimos termos apresentados, é que a educação sem fronteiras pretende abolir as fronteiras, já o *transfronteiriço* enfatiza a existência destas.

E por fim, a *educação deslocalizada* como sendo a educação oferecida em outro local, o que tem perdido força com o uso do termo *transfronteiriço* para a internacionalização da educação.

Para o presente trabalho, leremos o PNPG 2011-2020, sob o conceito de educação internacionalizada, ou de internacionalização da educação, cunhado por Knight (2005, p.21) como: “O processo que consiste em integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global para fins, funções ou a organização do ensino pós-secundário”.

2.3.2 A internacionalização no ensino superior brasileiro pós 1990

O governo federal brasileiro tem oferecido oportunidades de mobilidade internacional para alunos estrangeiros em nosso país e de nossos acadêmicos e pós-graduandos em outros países. Após 1990, ocorreram alguns programas, como o Programa Promisaes em 2003, que foi criado para apoiar o já existente Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G); em 2006 o Programa Estudante-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG); a criação da universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2008; dentro do Setor Educacional do Mercosul - Mercosul Educativo, em 2010 o Programa de Mobilidade Mercosul (PMM) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), além do CsF já mencionado.

2.3.3 A internacionalização da pós-graduação no PNPG 2011-2020

Analisar o PNPG 2011-2020 demanda uma leitura dos planos nacionais de pós-graduação anteriormente oficializados pela Capes (Planos I, II e III) e o Plano IV (não oficializado pela Capes) e o PNPG V.

2.3.3.1 Os períodos

Interessante salientar que estes planos propuseram diretrizes para períodos de 4 a 5 anos de duração, uma primeira diferença do PNPG 2011-2020 que ora analisamos, que propõem o período de 10 anos. Os planos anteriores são divididos para os seguintes períodos de trabalho: PNPG I, de 1975 a 1979; o PNPG II de 1982 a 1985; o PNPG III de 1986 a 1989 e o PNPG IV que não foi promulgado, e o PNPG V de 2005 a 2010.

2.3.3.2 Os objetivos

O PNPG 2011-2020 resume as propostas dos três primeiros planos em seu capítulo intitulado “Antecedentes: Os planos anteriores”, afirmando que “a política de pós-graduação no Brasil objetivou, inicialmente, capacitar os docentes das universidades, depois se preocupou com o desempenho do sistema de pós-graduação e, finalmente, voltou-se para o desenvolvimento da pesquisa na universidade” salientando que esteve “ sempre esteve presente a preocupação com os desequilíbrios regionais e com a flexibilização do modelo de pós-graduação”. E como principal objetivo, o V PNPG cita ser “o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação” afim de “atender com qualidade as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país”, subsidiando “a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para as áreas de educação, ciência e tecnologia” (BRASIL, 2010, p. 27 a 29)

Para o PNPG 2011-2012, que pela primeira vez dedica um capítulo inteiro para a “Internacionalização da pós-graduação e a cooperação internacional (presença internacional da ciência e da tecnologia brasileiras)” (BRASIL, 2010, p. 223 a 253), inicia salientando que seu foco inicial será concentrar-se no “exame da produção científica, enquanto medida da presença internacional da ciência brasileira, para posteriormente abordar as ações e mecanismos de cooperação internacional e suas sinergias com as atividades de publicação.”

E que, às páginas 16 e 17, relaciona o PNPG 2011-2020 ao desafio brasileiro de, entrar no século XXI “como um nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020”, citando como exemplos das mudanças ocorridas no Brasil, as novas tecnologias no setor agrário, a mudança da curva demográfica (a queda da natalidade e a queda do êxodo rural) e a nova mobilidade social “tendo como implicações uma nova classe de jovens ansiosos por novos produtos culturais e maior acesso à educação superior”. Estes são alguns dos pontos que colocam o Brasil em evidência no cenário internacional: o celeiro agrícola, padrões demográficos como os europeus e norte-americanos, e fecha o parágrafo chamando ao desafio de geração de uma “sociedade de bem-estar”.

Enquanto pós-graduação, salienta que seu núcleo é a pesquisa e que o Brasil já “detém uma massa crítica capaz de dar conta do desafio” de criar a tal sociedade do bem-estar, e que o momento agora é de propor parceria entre Universidade, Estado e empresas, um modelo denominado pelo PNPG 2011-2020 de “tríplice hélice” que terá em seu centro ou base a Agenda Nacional de Pesquisa, “com a participação de todas as agências de fomento federais e estaduais, com repercussão direta do SNPG e como matéria de políticas públicas, conduzindo a ações induzidas e a parcerias entre as universidades e os setores público e privado” (Ibid., p. 18), sendo SNPG o Sistema Nacional de Pós-graduação.

Encontramos neste delinear de objetivos e desafios para o Brasil no período de 2011 a 2020, o que Andrade (2012, p 25), citando Mészáros (2002, p. 113) afirmou ser papel do Estado, no âmbito da política internacional, assumir, perante as empresas econômicas mais relevantes no processo de expansão e acumulação do capital, o papel de “facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior”. E que as formas e recursos que o Estado vem utilizando para este feito tem sido decorrentes de sua realidade histórica, mas que é claro que levam o Estado a afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas do seu capital nacional.

2.3.3.3 Dados apresentados pelo PNPG 2011-2020

O capítulo 11 do PNPG 2011-2020 segue apresentando dados da evolução da ciência brasileira em termos qualitativos e quantitativos nas últimas décadas, como o país tem se comportado quanto aos impactos relativos às 23 áreas de conhecimento classificadas pelo ISI (*Institute for Scientific Information*), principalmente o impacto relativo a publicações brasileiras que, conforme o plano, em áreas como Física, Matemática, Ecologia e Geociências, tem se situado próximos às médias mundiais.

Vale aqui citar quais são as 23 áreas de conhecimento apontadas nestes primeiros dados do PNPG 2011-2020 para a internacionalização: Biologia & Bioquímica; Biologia Molecular; Biologia Molecular e Genética; Ciência da Computação; Ciência dos Materiais; Ciências Agrícolas; Ciências da Flora e da Fauna; Ciências Ecológicas e do Ambiente ;Ciências Espaciais; Ciências Sociais; Economia e Administração; Engenharias; Farmacologia; Física; Geociências; Imunologia; Matemática; Medicina Clínica; Microbiologia; Neurociências; Neurociências e Comportamento; Psicologia/Psiquiatria; Química. Tal listagem visa permitir ao leitor uma análise de como sua pesquisa está inserida nesta tabela de áreas de conhecimento priorizadas pelo ISI e Capes via PNPG 2011-2020. Inclusive sugerindo futura análise de quais áreas de conhecimento tem recebido mais incentivo dos órgãos de fomento para a inserção internacional científica brasileira.

E o PNPG 2011-2020 segue apresentando como o Brasil tem se comportado frente ao número de artigos e porcentagem em relação à produção mundial; ao número de artigos publicados por cientistas ativos no Brasil; à participação das publicações brasileiras em relação ao total mundial; ao número de artigos publicados nas bases ISI e *Scopus*, todos gráficos que demonstram a evolução da participação da produção brasileira nestes últimos anos. Um exemplo é que em termos quantitativos, o Brasil ocupa a 13ª posição no ranking de países em números de artigos publicados, conforme apresentados pela tabela 11.2-4 (BRASIL, 2010, p. 229) abaixo reproduzida, com nosso grifo para os países que compõem o G8+5, pois propomos então a análise dos dados da tabela abaixo, com a comparação aos países representantes do Grupo G8+5, que o PNPG 2011-2020 resume ser um grupo que “vem se reunindo para oferecer propostas de primeira importância em C&T aos líderes políticos desses países” (Ibid., p. 231), sendo C&T Ciência e Tecnologia.

Países	ISI		SCOPUS	
	Ranque	Nº Artigos	Ranque	Nº Artigos

Estados Unidos da América	1	341.038	1	383.712
CHINA	2	118.108	2	282.628
Reino Unido	3	92.628	3	115.461
Alemanha	4	89.545	4	111.172
Japão	5	78.930	5	106.535
França	6	65.301	6	83.120
Canadá	7	55.534	7	70.388
Itália	8	51.606	8	66.958
Espanha	9	44.324	10	56.197
Índia	10	40.250	9	56.579
Coreia d Sul	11	38.651	12	47.208
Austrália	12	38.599	11	48.876
Brasil	13	32.100	13	39.690
Holanda	14	30.204	14	37.696
Rússia	15	30.178	16	33.737
Taiwan	16	24.442	15	34.035
Turquia	17	22.037	17	26.795
Suíça	18	21.800	18	26.585
Suécia	19	19.611	19	24.122
Polônia	20	19.513	20	23.064
Bélgica	21	16.865	22	20.972
Irã	22	14.919	21	21.663
Israel	23	11.979	23	16.120
Áustria	24	11.347	26	14.397
Dinamarca	25	11.200	27	14.167
Grécia	26	10.598	25	14.746
Finlândia	27	9.971	29	13.136
México	28	9.612	24	15.684
Hong Kong	29	9.458	28	13.185
Noruega	30	9.232	30	12.209
Sub-total		1.369.580		1.830.837

Fonte: Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020 (BRASIL 2010, p. 229)

Na apresentação da presença internacional da ciência brasileira, salienta a atuação de cientistas brasileiros nas “principais instituições internacionais de ciência, frequentemente em posições de primeira importância, através de notáveis ações de cooperação científica internacional” (Ibid., p. 231). Lista exemplos que considera consubstanciar o reconhecimento internacional da ciência e de avanços e conquistas científicas como o grupo das Academias de ciências do grupo G8+5, o Fórum Internacional de Ciência e Tecnologia para a Sociedade (*STS Forum*), o Fórum Mundial de Ciências, Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento - TWAS, o *International Council for Sciences - ICSU*, o *Inter-Academy Panel – IAP: the global network of science academies*, o *Inter-Academy Council – IAC* e a *Interamerican Network of Academies of Sciences - IANAS*.

Quanto aos dados sobre a cooperação internacional e as principais agências federais de fomento, apresenta a Capes, o CNPq, a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), e algumas instituições e empresas como o Instituto Butantan, a Fundação Oswaldo Cruz, a Emprapa, a Petrobras, e outras que também estiveram presentes neste desafio de internacionalização dos últimos anos, como a Embraer, a Embraco, a WEG, a Brasken e a *Power System Research – PSR*.

Concluindo, o capítulo destinado do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 para a internacionalização e cooperação internacional, afirma que procurou analisar a “presença internacional da Ciência e da Tecnologia brasileiras, através de diversos indicadores qualitativos e quantitativos”, abordando também a atuação de instituições brasileiras no exterior, deixando evidente que “a evolução da pós-graduação brasileira nas últimas décadas, tem sido um fator preponderante para assegurar o progresso científico e tecnológico do país” (Ibid., p. 252).

3 CONCLUSÃO

Ao apresentarmos como o Estado, via políticas sociais (e sendo uma delas a política educacional), está desde sua criação preso à necessidade de manutenção das classes sociais diferenciadas, e não a minimização de suas diferenças, mas a mediar estas diferenças.

Apresentamos como nasceu o Estado, suas principais funções sociais de regular e garantir o poder do dominante mesmo que por vias de violência. Apresentamos como a política social educacional serve ao propósito regulador e ao mesmo tempo de manutenção da hegemonia, principalmente quando falamos das políticas educacionais que estão atualmente

ditando as próximas tomadas de decisão quanto à internacionalização da pós-graduação brasileira.

O desafio posto ao Brasil, de entrar o século XXI como uma das nações em evidência quanto ao crescimento econômico precisa ser apoiado pelo fortalecimento da educação, e nesta última década, nunca tão incentivado para internacionalizar o conhecimento científico, levar nossos pesquisadores a publicar em veículos de divulgação científica reconhecidos mundialmente, em incentivar desde acadêmicos até pós-doutorandos a realizarem mobilidade internacional, com objetivos diversos, desde o compartilhamento do conhecimento para construção de uma sociedade de bem-estar globalizado, ou até para assumir o interesse do capital de alcançar e manter a hegemonia de uma nação sobre outra.

A leitura do Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020, elaborado pela agência de fomento à pesquisa Capes, órgão do Ministério da Educação, foi proposta para entendermos como, desde 1990 (ou até antes, com a primeira edição do PNPG, em 1975) a pós-graduação brasileira tem se organizado inicialmente a nível nacional até chegarmos ao ano de 2010, quando é interessante para o crescimento do país a sua internacionalização.

Mas algumas dúvidas surgem, como por exemplo, como incentivar a publicação de pesquisa a nível internacional em todas as áreas de conhecimento, ou se há necessidade ou explicação para que o Estado apoie algumas áreas em detrimento de outras. Outra dúvida é de como receber estes acadêmicos, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos ao fim da mobilidade internacional, para que possam trazer conhecimento e continuar a produzi-lo, mantendo os laços formados e possibilitando a criação de novas parcerias nacionais ou internacionais.

Propomos a análise dos documentos reguladores da internacionalização da pós-graduação brasileira sob o ponto de vista do conceito de hegemonia, apontado nas obras de Antonio Gramsci (1984, 2006, 2007, 2010), de pedagogia da hegemonia em Neves (2005), e de que o Estado assume declaradamente, frente às empresas economicamente relevantes, o papel de “facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior”, (MÉSZÁROS, 2011. p. 113), pensamos assim, que O Estado, frente à internacionalização da educação, tem assumido seu papel de Estado educador e procurando a hegemonia de suas relações com países ou nações “economicamente relevantes”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Alves de. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukacs, 2012, p. 11-27.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 03 mar. 2014.

_____. MEC. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 03 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC. **Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020**. Vol.1, Brasília, 2010.

_____. Decreto 7.642/2011, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm. Acesso em: 02 mar. 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Cadernos do cárcere*. (org.).Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (vol1), 2010 (vol. 2), 2007 (vol.3).

KNIGHT, Jane. Modele d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. In: **Banque Mondial/OCDE. L'enseignement supérieur em Amerique Latine - la dimension international**. Paris: OCDE, 2005. p. 11-47.

LENIN. Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Lisboa: Editora Terralusa, 1977.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.